

-----ATA N.º 4/2015-----

-----Aos 30 dias do mês de setembro de 2015, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

- Vera Lúcia Alves Portugal;-----
- José Albano Pereira Marques;-----
- João Paulo Monteiro Antunes;-----
- Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Joaquim Lopes de Abreu;-----
- Flávio Manuel Granjal de Sá;-----
- Filipe Miguel Rosa Guerra;-----
- António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida;-----
- Maria Angelina Marques Dias;-----
- António Carlos do Nascimento Marques;-----
- Manuel Matos Torres;-----
- Luís Filipe Pinheiro da Costa;-----
- António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;---
- Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
- Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;---
- Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----
- António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
- Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal, *integrou a sessão às 11:45h, tendo previamente comunicado à mesa, por escrito, e nos termos do regimento ter sido autorizada a sua integração;*-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Aires Manuel da Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, membro da União de Freguesias de Açores e Velosa, em substituição do Senhor Marco Paulo de Andrade Rodrigues;-----

-----Augusto Nave da Silva, Tesoureiro da União de Freguesias Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais, em substituição da Senhora Teresa Susana Ferreira Tente;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----**Faltou a esta sessão e justificou atempadamente a sua ausência, o seguinte membro:**-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----

-----Hélder Achando Costa. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral, Manuel António de Almeida Portugal e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Em virtude do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor António Manuel dos Reis Álvaro, estar a faltar a esta sessão, foi convidada para a mesa, a Senhora Deputada Maria Angelina Marques Dias.

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Flávio Manuel Granjal de Sá e Maria Angelina Marques Dias, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----Começou por intervir a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, endereçando cumprimentos a todos os presentes nesta Assembleia Municipal. De seguida, agradeceu as condolências e o apoio prestado, aquando do falecimento do seu pai, aos Deputados de todas as bancadas.-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** pretendeu saber qual o motivo para o cancelamento da Beneficiação da Estrada Municipal Assanhas – Prados. -----

-----Disse ainda, que têm sido desligadas algumas luminárias no concelho, nomeadamente, junto da sua habitação, contudo, a Casa Municipal de Proteção Civil, continua iluminada toda a noite. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado José Albano** usou da palavra para formalizar dois votos de pesar, cumprindo-se de seguida um minuto de silêncio. Um voto de pesar pelo falecimento do pai da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Aristides Janelas, natural da freguesia de Fornotelheiro, onde sempre residiu. Sendo um lutador, foi um exemplo e uma inspiração para todos nós e uma referência para as gerações futuras. Expressou também pesar, pelo falecimento do Senhor António de Almeida, com uma carreira dedicada à gestão e à economia e finanças, bem como, enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, tendo desenvolvido um importante trabalho em prol do concelho. -----

-----O **1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** depois de terem sido aceites, por unanimidade, os votos de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória dos Senhores Aristides Janelas e António de Almeida. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente à solicitação dos pareceres jurídicos, nomeadamente, sobre as estruturas metálicas usadas pelo PS para a campanha eleitoral e que ainda se encontram colocadas, bem como, a menção às faltas injustificadas na sessão ordinária realizada no dia 26/2/2015.-----

-----De seguida, pretendeu saber em que fase se encontra o PDM do concelho de Celorico da Beira. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado António Faria, esclareceu que a empreitada referenciada foi adjudicada à empresa Biosfera – Construções Unipessoal, Lda. Contudo, e após análise dos documentos entregues, verificou-se que não foi entregue o alvará, daí ter sido deliberada em reunião da Câmara Municipal, a caducidade desta adjudicação. -----

-----Esclareceu, que as luzes que se encontram junto à Casa Municipal de Proteção Civil são de presença e como tal, apresentam um baixo consumo. Disse ainda, que a autarquia não efetuou o corte de nenhuma luminária na Vila. No entanto, considera que este tipo de situações deveria ser apresentado por escrito, e dirigido à Câmara Municipal, por forma a ser encaminhado para a secção responsável. -----

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Abreu, deu conhecimento de que os pareceres já haviam sido solicitados, aguardando-se até ao momento uma resposta. No que concerne à revisão do PDM, disse que o mesmo está em fase de elaboração, esperando que fique concluído no decorrer deste mandato. -----

ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 26/6/2015

-----Foi presente a ata n.º 3, referente à sessão ordinária do dia 26/6/2015, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e não havendo alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com 6 abstenções.-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/6/2015**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor Deputado:-----

-----Manuel Matos Torres.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/6/2015**-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião (1), que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião (2).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----Começou por dar conhecimento de que a Direção-Geral do Património anunciou a abertura do procedimento de classificação da Estação Arqueológica de São Gens. O anúncio publicado em Diário da República também fixa a respetiva Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP) do local situado na área da União das Freguesias (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. Os interessados poderão reclamar ou interpor recurso hierárquico do ato que decide a abertura do procedimento de classificação e a fixação da ZEPP. Felicitou o arqueólogo da autarquia, pelo trabalho que tem desenvolvido neste âmbito. -----

-----Deu conhecimento da realização de uma reunião com a ADIRAM, relativamente a uma candidatura conjunta no âmbito do Centro 2020, tendo sido contempladas as freguesias de Prados, Rapa/Cadafaz e Vide entre Vinhas/Galisteu/Salgueirais. Relativamente às obras em curso, destacou as reparações no gimnodesportivo que estão praticamente concluídas. -----

-----Referindo-se à paragem de autocarro edificada recentemente, junto à escola Sacadura Cabral, lamenta que a mesma tenha sido vandalizada. Acrescentou, que é necessário dar conhecimento desta situação à GNR - Escola Segura, para maior vigilância da área envolvente à escola. Mencionou a alteração do parque infantil, no jardim Carlos Amaral, no que se refere à substituição de equipamento, colocação de piso amortecedor e respetiva vedação, bem como, a colocação de parque geriátrico e uma estrutura metálica denominada *power station*. -----

-----Deu conhecimento das obras em curso, destacando a substituição do relvado no estádio municipal, bem como, a implementação de um circuito de manutenção; a requalificação da escola primária do Cadafaz e semaforização do concelho. Disse também, que irão proceder à sinalética

de estradas do concelho, ao nível da sinalização vertical e horizontal (Variante, Rua 25 de Abril, Av. da Corredoura e EM Celorico da Beira/Prados) e posteriormente, outras vias.-----

-----Enalteceu o protocolo com a empresa H Sarah Trading, que tem como função efetuar a gestão de reciclagem de têxteis, dando conhecimento do relatório relativamente à recolha que é efetuada, em média, por trimestre, sendo a mesma acima dos 1000Kg. Deu também conhecimento de que o montante aplicado no concelho de Celorico da Beira pela EDP, durante o 1.º semestre de 2015 foi de 264.856,00€.-----

-----De seguida, felicitou as Juntas de Freguesia pelas candidaturas no âmbito do PRODOR. Endereçou os parabéns ao Dr. José Luís Cabral, bem como ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, pela realização do evento EstrelAçor 2015.-----

-----Deu ainda conhecimento de que o Conselho Distrital de Coimbra prestou homenagem a 61 profissionais do Direito com, pelo menos, 35 anos de inscrição na Ordem, acrescentando que a Dr.ª Ana Isabel Janelas foi a primeira a receber a medalha, a quem endereçou os parabéns.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal.-----

-----No que concerne aos atos de vandalismo praticados na paragem de autocarro, junto à escola Sacadura Cabral, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** fica triste com o comportamento praticado pelos alunos. Deu conhecimento de que a escola, através da disciplina de oferta complementar, tem alertado os vários anos de escolaridade, para o civismo e cidadania. Foi alertada a GNR para a necessidade de maior patrulhamento, no horário da manhã e final da tarde, na área circundante à escola.-----

-----Referindo-se à fiscalização que tem sido feito no concelho por parte do Sepna, lançou um repto ao Senhor Presidente da União de Freguesias

de Celorico da Beira e ao Senhor Presidente da Câmara, para que esta entidade fiscalize os terrenos adjacentes à Câmara Municipal. Alertou ainda, para a fossa localizada à entrada de Celorico, que apesar de ser limpa todas as semanas, transborda. Considera, que deveria ser arranjada uma solução definitiva. -----

-----Por fim, alertou para a lomba junto à panificadora, por ser bastante elevada, danificando os veículos automóveis que ali circulam.-----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** fazendo referência à aprovação do FAM e após alguns comentários sobre esta matéria, pretendeu ser esclarecido sobre alguns factos. Os credores dizem que vão receber em janeiro. Os funcionários da EMCEL e segundo a informação prestada vão ser internalizados na Câmara Municipal, pelo período de um ano. Questionou, as condições e o prazo em que vai ser efetuada a internalização, bem como, se foram salvaguardados todos os direitos dos funcionários, nomeadamente, se no final desse ano, caso não sejam integrados na Câmara Municipal, se os anos de serviço na empresa contam para efeitos de indemnização. -----

-----No que concerne ao repto lançado pelo Senhor Vereador Manuel Portugal, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que já foi ponderada a resolução deste assunto. Relativamente às águas e saneamento, disse que vai ser realizada uma reunião com as Águas de Portugal para resolução deste, e outros assuntos. -----

-----No que diz respeito à questão financeira, disse que a mesma é delicada, com um montante elevado da dívida, tendo em conta a dimensão do Município, no entanto, tem-se conseguido liquidar as dívidas recentes. Disse que à presente data, a dívida total a terceiros, de acordo com a Lei das Finanças Locais atual é cerca de 18.880.645,58€, tendo-se reduzido a mesma em cerca de 1.300.000€, face a 2014. Espera uma recuperação do

excesso da dívida até ao final do ano, sendo que, a 30/6/2015 já tinham reduzido 10,76% do excesso. -----

-----Disse que a Lei dos Compromissos obriga ao pagamento das dívidas em 90 dias, o que ajuda na redução das mesmas, e o controlo dos fundos disponíveis impede a assunção de despesas sem receita prevista. Relativamente à redução dos pagamentos em atraso, disse que os mesmos estão a diminuir apesar de em setembro ainda não terem atingido os 10%, face ao verificado em setembro de 2014, ou seja, o registo da dívida às AdZC. -----

-----Continuou dizendo, que o programa de ajustamento municipal foi aprovado a 1/9/2015, estando à presente data em negociações com a Direção Executiva do FAM, relativamente a algumas contrapartidas exigidas ao município. Deu conhecimento de que o valor solicitado foi de 12.705.108,50€, tendo sido aprovado o valor de 11.364.860,00€, o que irá permitir liquidar dívida e fazer investimento, uma vez que o valor necessário é de 11.278.649,90€. A verba será disponibilizada ao longo de 3 anos, sendo que, o prazo para pagamento do mesmo é de 20 anos. -----

-----Relativamente ao IMI, disse que a direção executiva do FAM informou que o Município não pode conceder o desconto de IMI para os agregados familiares com mais de um dependente, por estar sob a alçada de um programa de assistência financeira. Relativamente à ERSAR, o parecer sobre o tarifário concluiu que o grau de cobertura dos custos é insatisfatório, visto que as receitas apenas cobrem em média 30% a 40% dos custos, quando deveriam cobrir cerca de 90%. O tarifário tem sido ajustado de acordo com a taxa de inflação, porque caso fosse de encontro ao solicitado pelo FAM, os munícipes ficariam penalizados. -----

-----Deu conhecimento da assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da CIM-Beiras e Serra da Estrela, referindo que o documento apresentado apresenta um valor global de 44 milhões e 600 mil euros. Acrescenta, que não sendo o desejável, é o possível. Relativamente à educação, o município de Celorico da Beira vai

intervir nas escolas básicas de Santa Luzia e Lageosa do Mondego, com um valor de 301.890,00€ e na escola Sacadura Cabral com o montante de 2.352.941,00€.

-----Referiu que o Pacto é ainda composto por várias prioridades de investimento, designadamente: Aplicação das TIC na Administração Pública, em que o promotor será a CIM; Apoio à Eficiência Energética, cabendo ao município 350.000,00€ (FEDER) para iluminação pública e 200.000,00€ (FEDER) para as Piscinas; Património Natural e Cultural, destinado à Conservação e Promoção dos Castelos de Celorico da Beira e Linhares e à Igreja de Linhares da Beira, com o valor de 259.331,00€ (FEDER); Criação de Emprego por Contra Própria e Empreendedorismo; Investimentos na Saúde e nas Infraestruturas Sociais, com o valor de 670.000,00€, a repartir por todos os municípios; Prevenção do Abandono Escolar Precoce, com o valor de 276.078,00€, para o município de Celorico da Beira; Investimento para fazer face a Riscos de Incêndios e Catástrofes, com o valor de 800.000,00€, também a repartir por todos os municípios. Concluiu dizendo, que o valor de investimento para o município perfaz o montante de 3.883.063,82€.

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra à Senhora Vereadora Maria do Céu Louro.

-----Relativamente ao FAM, a Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** e após explicação do Senhor Presidente da Câmara, constata que o mesmo, efetivamente, ainda não foi aprovado. No entanto, fica preocupada com algumas situações relatadas, nomeadamente o facto de o empréstimo vir a ser gerido pelo FAM, e não pela autarquia.

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que segundo informação prestada pelo Senhor Presidente, apesar da adesão ao FAM, existe a

possibilidade de fazer investimento. Sugere, que esse investimento seja feito em saneamento. -----

-----No que concerne à colocação do parque geriátrico no jardim Carlos Amaral, referiu que era intenção do anterior executivo da Junta de Freguesia de Santa Maria, criar esse espaço no bairro de Santa Luzia, uma vez que possui um aglomerado populacional considerável. Sugere, que futuramente tenham em conta esta situação. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** disse que da explanação do Senhor Presidente, conclui que ainda não há data prevista para pagamento aos credores. Em relação aos funcionários da Empresa Municipal, questionou novamente, para quando a internalização. Questionou ainda, se foram salvaguardados todos os direitos dos funcionários, nomeadamente, se no final desse ano, caso não sejam integrados na Câmara Municipal, se os anos de serviço na empresa contam para efeitos de indemnização. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que a internalização terá de ficar concluída até ao final do ano. Relativamente à segunda questão, deu conhecimento da realização de uma reunião onde estiveram presentes os funcionários, sindicato e advogado e na qual foram discutidas todas essas questões. Acrescentou, que nenhum funcionário ficará prejudicado. -----

-----No que concerne à questão do saneamento, a Senhora **Deputada Vera Portugal** sugeriu a elaboração de uma moção, subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal e dirigida às Águas de Portugal, manifestando desagrado pela qualidade do serviço prestado. -----

-----Relativamente à internalização da Empresa Municipal, questionou se a mesma está dependente da aprovação do FAM. Disse ter tido

conhecimento de que até à data de ontem, os vencimentos do mês de agosto e setembro ainda não haviam sido pagos. -----

-----Sobre a proposta apresentada, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que já havia subscrito uma moção de igual teor. -----

-----No que diz respeito ao processo de internalização, deu conhecimento de que é um processo autónomo, contudo a direção executiva do FAM, requer que o mesmo se concretize em paralelo. Sobre os vencimentos em atraso, disse que irão proceder à liquidação dos mesmos, acrescentando não ser um problema de tesouraria, mas sim, de burocracia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----No que concerne à Empresa Municipal, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que à semelhança dos anos anteriores, o subsídio à exploração que a autarquia atribui à EMCEL tem vindo a diminuir. Apesar desta situação, o problema não reside no pagamento mensal dos vencimentos, mas sim, em todas as despesas inerentes que a empresa municipal tem de suportar, nomeadamente, o IRS e a segurança social. -----

-----Interroga-se qual a razão de não ser colocada uma questão que considera importante, ou seja, os funcionários da empresa municipal têm colaborado para a sua continuidade, ou não. Em resposta, disse que infelizmente há funcionários que não apresentam qualquer tipo de iniciativa. -----

-----**4. APROVAÇÃO DO IMI 2016**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(3)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 16/9/2015,

foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8%, para prédios rústicos e de 0,5%, para prédios urbanos, para o ano de 2016.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** sobre o ponto 2 da presente informação, onde consta que é competência dos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, definir, ou não, áreas territoriais que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, nas quais se pode majorar ou minorar até 30%, a taxa definida no n.º 6, do art.º 112.º, do CIMI, disse que é necessário a breve prazo constituir a ARU – Área de Reabilitação Urbana, assegurando a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural. -----

-----Sobre o ponto 5, que refere a majoração até ao dobro da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, disse que esta situação seria uma forma de reduzir incêndios. Contudo, felicitou a corporação dos Bombeiros Voluntários, que após um estudo efetuado, verificou que Celorico da Beira foi o município com menor área ardida.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que a posição da bancada sobre este assunto, e os seguintes, continua a ser no sentido da abstenção.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----**5. APLICAÇÃO DA DERRAMA 2016**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(4)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 16/9/2015, foi deliberado propor à Assembleia Municipal o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2016.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----**6. APROVAÇÃO DA FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS 2017**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(5)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 16/9/2015, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a fixação em 5%, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3/9, da percentagem a obter pelo Município de IRS para 2016.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 8 abstenções, aprovar a participação variável de IRS para o ano económico de 2016, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----**7. APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM 2016**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(6)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 16/9/2015, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a

aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2016.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----**8. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, dando conhecimento de que em virtude de a Lei n.º 33/98, de 18 de julho, ter sido alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, nomeadamente a redação dos artigos 3.º, 4.º e 5.º, propõe que nos termos do art.º 6.º da citada Lei, a Assembleia Municipal aprove o Regulamento Provisório de Segurança, e o envie ao Conselho Municipal de Segurança, para emissão de parecer, sendo posteriormente, enviado para aprovação definitiva pela Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a Lei n.º 33/98, de 18 julho, que criou os Conselhos Municipais de Segurança, sofreu a sua primeira alteração com Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, integrando a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária no âmbito dos seus objetivos e competências. Nesta sequência, os art.ºs 3.º (Objetivos), 4.º (Competências) e 5.º (Composição), da mencionada Lei, sofreram uma alteração.-----

-----Referindo-se ao art.º 5.º, deu conhecimento de que este conselho irá integrar na sua composição, entidades e organizações que intervenham no âmbito da violência doméstica, bem como, os responsáveis, da área do município, por organizações no âmbito da segurança rodoviária. Para tal, será necessário auscultar as entidades competentes, para indicação dos respetivos representantes. -----

-----Informou ainda, que na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 106/2015, de 25/8, há a necessidade de fazer algumas alterações ao Regulamento identificado em epígrafe. Deverá ser aprovada a versão provisória e encaminhada para o Conselho Municipal de Segurança, para emissão de parecer, sendo posteriormente, enviado para aprovação definitiva pela Assembleia Municipal.-----

-----**Nos termos do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança e enviá-lo ao conselho para emissão de parecer.**-----

-----**Deliberou ainda, auscultar as entidades competentes, para indicação dos respetivos representantes, de acordo com o n.º 1, do art.º 5.º, da mencionada Lei.**-----

-----**9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ELIMINAÇÃO DO ROAMING**-----

-----Foi presente pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, uma proposta aprovada em reunião de Câmara do dia 24/7/2015, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** manifestou a sua preocupação com a função do órgão deliberativo, bem como executivo, uma vez que acabou de assistir a uma Assembleia Municipal, onde tiveram que obrigatoriamente dizer sim, ao aumento de todas estas taxas, porque o

poder central assim o impôs. Perante tal cenário, considera que o poder local deixa de ter voz.-----

-----Disse que as transferências para os municípios têm vindo a diminuir, questionando como é que os mesmos vão assumir os seus encargos, aliado ao facto de a receita também diminuir.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** finalizou dizendo, que as taxas aprovadas resultam da imposição da tutela, resultante do facto do Município estar em desequilíbrio financeiro. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 12:50h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----